**5º Curso Intensivo de Adaptação e Actualização de Conhecimentos
em Direito de Macau em língua portuguesa**

Módulo de Direito Administrativo

Prova escrita

Associação dos Advogados de Macau

Formador: *José Cândido de Pinho*

Data: *5 de Maio de 2018*

Preste atenção às seguintes advertências

1ª Advertência – A cada questão ser-lhe-á pedida uma só resposta, devendo apenas assinalar um X ou um $\surd$ numa das quadrículas.

Exemplos:

Se assinalar mais do que um X ou um $\surd$ em várias quadrículas, a resposta não será pontuada, a não que ser que observe o que se segue na 2ª advertência.

2ª Advertência – Se se enganar numa resposta, deve riscar o sinal marcado na quadrícula errada e desenhar uma circunferência em volta dela.

3ª Advertência – Para além de assinalar a resposta dentro do quadrado, não deve escrever mais nada na prova, nem sequer o seu nome, sob pena de desqualificação desta.

1 – Os “*Serviços de Saúde de Macau*” são dotados de personalidade jurídica e, nos termos do *art. 1º do DL nº 81/99/M*, constituem uma pessoa colectiva de direito público, com *autonomia administrativa, financeira e patrimonial*.

Integram:

- Administração directa
- Administração indirecta
- Administração autónoma
- Administração independente

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: *1 ponto*

Desconto na resposta errada: 0,25

*

2 – O *Fundo Correccional*, “é uma entidade dotada de *autonomia administrativa e financeira*, que funciona no âmbito das atribuições da Direcção dos Serviços Correccionais...” (art. 1º, do Regulamento nº 31/2015).

Integra:

- Administração directa
- Administração indirecta
- Administração autónoma
- Administração independente

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: *1 ponto*

Desconto na resposta errada: 0,25

3 - No quadro da *administração directa*, do acto administrativo praticado pela entidade competente cabe recurso administrativo:

Hierárquico;

Tutelar;

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: *1 ponto*

Desconto na resposta errada: 0,50

*

4 - O *princípio da igualdade* (art. 5º do CPA) só pode ser invocado com êxito pelo interessado perante um acto administrativo praticado no âmbito de uma actividade da Administração:

Discricionária

Vinculada

Ambas

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,30

*

5 – O *princípio da proporcionalidade* é característico da:

Actividade discricionária

- Actividade vinculada
- Actividade vinculada ou discricionária, conforme os casos.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

6 – O *desvio de poder* é um vício do acto característico de uma:

- Actividade administrativa discricionária
- Actividade administrativa vinculada

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,50

*

7 – “As obras executadas sem a licença de que careçam e as referidas no artigo 3.º que se realizem em violação do disposto no mesmo artigo, bem como as que forem executadas em desacordo com o projecto aprovado ou em violação das normas ou disposições regulamentares aplicáveis, são embargadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente diploma e demais legislação em vigor” (art. 52º, nº1, do DL nº 79/85/M, de 21/08).

Foi detectada a execução de uma obra de construção de um anexo no terraço da casa do **Sr. Fong** sem licença, para a qual a lei impunha licença emitida pela DSSOPT, vindo a ser *embargada* por acto administrativo e aplicada uma multa de MOP\$10.000,00.

O dono da obra recorreu contenciosamente da parte do acto que determinou o *embargo*, dizendo que não sabia que tinha que pedir licença e que naquele anexo pretende apenas guardar os seus animais de estimação e colocar um pequeno espaço com vasos de flores.

Suscitou os vícios de:

- Violação do princípio da justiça;
- Violação do princípio da boa fé;
- Violação de lei;
- Vício de desvio de poder.

Aponte numa só quadrícula o único *vício* que podia eventualmente proceder.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

8 - O órgão competente [A], após os diversos actos e diligências instrutórias que tiveram lugar, sem previamente ouvir o requerente, decidiu o pedido desta maneira: «*Indefiro o pedido, conforme a Informação dos Serviços*».

Pergunta-se:

8.1 - Este acto administrativo está:

- Bem fundamentado?
- Mal fundamentado?
- Depende do conteúdo da informação.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,30

-

8.2 – Por *falta* de audiência de interessados, que vício pode o recorrente invocar?

- Vício de forma;
- Vício de violação de lei;

-

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,50

-

8.3 – A falta de audiência de interessados conduz necessariamente à anulação do acto?

- Sim, se a actividade administrativa era vinculada;
- Não, se a actividade administrativa era discricionária;
- Sim, se a actividade administrativa era discricionária;

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

9 – Um acto destacável pode ser objecto de impugnação autónoma imediatamente?

- Sim;
- Não.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,50

*

10 – Se o órgão **A** decidiu um determinado procedimento administrativo sem pedir um parecer que, face à lei, era obrigatório e vinculativo, que vício pode ser imputado ao acto, com base nessa omissão?

- Vício de violação de lei
- Vício de forma
- Vício de incompetência?
- Nenhum destes.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

11 – Se o mesmo órgão **A** pediu o parecer obrigatório e vinculativo, mas decidiu o caso concreto contra o sentido do parecer, que vício comete?

- Vício de violação de lei
- Vício de forma
- Vício de usurpação de poder
- Nenhum desses

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

12 – Foi interposto um recurso hierárquico para o órgão **Y** de um acto administrativo definitivo e executório praticado pelo inferior hierárquico **X**.

Do acto praticado por **Y**, que manteve o acto de **X** cabe:

- Recurso hierárquico facultativo;
- Recurso hierárquico necessário ou facultativo, conforme os casos;
- Recurso contencioso;
- Nenhum recurso, nem administrativo, nem contencioso.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

13 – O acto praticado pelo órgão Y, na pergunta anterior, designa-se:

- Acto confirmativo
- Acto meramente confirmativo
- Acto definitivo
- Acto opinativo

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

14 – A entidade competente interditou a entrada em Macau ao cidadão de Hong Kong com fundamento em que ela representaria “*perigo para a ordem pública*”.

Supondo que esse acto é recorrível contenciosamente, pode o interessado no recurso contencioso invocar o vício de *desvio de poder*?

- Sim, porque a actividade é em causa é discricionária;
- Não, porque a matéria não é sequer administrativa;
- Não, porque a actividade em causa é vinculada.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,30

*

15 - A *delegação de poderes* significa que o delegante:

- Renuncia à sua competência em favor do delegado;
- Transmite a sua competência para o órgão delegado;
- Permite o exercício da sua competência pelo delegado.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,30

*

16 - Se um órgão da Administração pratica um acto que pertence ao poder judicial, diz-se que ele sofre de invalidade por:

- Deturpação de poder;
- Desvio de poder;
- Usurpação de poder;
- Abuso de poder.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

17 - Um acto administrativo não definitivo e não executório é passível:

- De recurso hierárquico necessário;

- De recurso hierárquico facultativo;
- De recurso contencioso.

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,25

*

18 – O acto administrativo a que falte a notificação obrigatória diz-se:

- Irrecorrível
- Inválido
- Ineficaz

Assinale uma única resposta possível

Valoração da resposta certa: 1 ponto

Desconto na resposta errada: 0,30